Novos ramos de velho tronco. Relações de poder na Península Ibérica e no norte de África a partir da escrita cronística e chancelar (Séc. XV).

New branches of old trunk. Power relations in the Iberian Peninsula and northern Africa from chronicles and chancelleries writing (XV century)

Daniel Augusto Arpelau Orta (1985-2013) [1]
Universidade Federal do Paraná
NEMED - Núcleo de Estudos Mediterrânicos

Resumo

Este texto tem como objetivo expor as principais contribuições da historiografia brasileira sobre o estudo das relações régio-nobiliárquicas no contexto português tardo-medieval. Inicialmente, será apresentada a revisão bibliográfica dos estudos acadêmicos voltados aos eixos temáticos de cultura e poder, em especial os preocupados com a análise da identidade como expressão de uma cultura política, esta entendida a partir da documentação de atas de cortes, chancelarias e crônicas. Como decorrência deste ponto, o conceito de genealogia política, definido a partir daquela historiografia e da análise da documentação, pode ser debatido enquanto alternativa de entendimento daquelas práticas políticas. A partir da chancelaria publicada pelo

Abstract

This text aims to present the main contributions of the Brazilian historiography on the study of the royal-nobiliary relations in late medieval portuguese context. Initially, it will be presented the bibliographic review of the academic studies related to the themes of culture and power, especially those concerned with the analysis of identity as an expression of political culture, this one being comprehended from minutes of courts, chancelleries and chronicles documentations. As a consequence of this point, the concept of political genealogy, defined from that historiography and from the analysis of the documentation, can be debated as an alternative of understanding for those political practices. From the chancellery published by the Centro de

[1] **Nota dos editores:**

Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal do Paraná (2007), cursou o Mestrado em História na mesma instituição (2010), onde foi alçado para o Doutorado direto. Possuía experiência na área de História Medieval Portuguesa (séculos XIV-XV), com ênfase no estudo de crônicas tardo-medievais e chancelaria régia. No Doutorado, correlacionava a escrita em suporte historiográfico, com prováveis finalidades ideológicas, e a existência de registros chancelares. Como produto, elaborou perfis através da metodologia prosopográfica, que foram interpretados no contexto das relações entre monarquia e nobreza, preferencialmente aqueles componentes da configuração da dinastia avisina. Desenvolveu um banco de dados eletrônico, contendo as entradas arquivísticas dos documentos pesquisados, e cujos resultados permitem tanto a elaboração de gráficos estatísticos como perfis pessoais/institucionais. Estava inserido na Linha de Pesquisa Cultura e Poder. Em 2013, o Programa de Pós-Graduação em História da UFPR decidiu outorgar-lhe o Doutorado *Post-Mortem*.

Para conferir as homenagens feitas a Daniel Orta:
http://pethistoriaufpr.files.wordpress.com/2010/02/boletim-homenagens-pet.pdf (acesso 9 de dezembro de 2013).

Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, um banco de dados digital está em desenvolvimento para sistematizar aqueles documentos e permitir, através da metodologia prosopográfica, a compreensão dos vínculos e representações entre nobres e a coroa portuguesa na primeira metade do século XV.

Estudos Históricos, Universidade de Nova Lisboa, one digital database is being developed to systematize those documents and allow, through a prosopographical methodology, the understanding of the relations and representations between nobles and the portuguese crown in the first half of the fifteenth century.

Palavras-chave: Idade Média; Portugal Medieval; Prosopografia; Genealogia Política.

Keywords: Middle Ages, Medieval Portugal; Prosopography; Political Genealogy.

● **Enviado em: 18/10/2013**
● **Aprovado em: 12/12/2013**

1. Minha trajetória

Este texto possui como principal objetivo a discussão de algumas conclusões alcançadas ao longo de meus estudos sobre Portugal medieval, e em especial as sugestões e encaminhamentos que ora desenvolvo em nível de doutorado. Para tanto, uma breve exposição de minha trajetória se torna importante, na medida em que evidencia uma linha de entendimento dos principais conceitos e temas, a fim de partilhar interpretações e projetos de pesquisas com os demais investigadores do evento.

Meu interesse por Portugal surgiu no segundo ano da graduação em História, onde entrei em contato com alguns textos sobre as causas do expansionismo ibérico no século XV. Era também recém bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET), financiado pelo Ministério da Educação, onde havia um projeto coletivo associado com pesquisas individuais. Na definição do tema individual, e da experiência de ter cursado disciplinas de História Medieval no primeiro ano do curso, os assuntos portugueses estavam constantes em minha mesa de estudo. Assim pedi algumas indicações bibliográficas à professora Fátima Regina Fernandes, para que eu iniciasse um projeto de estudos[2]. Nas leituras, os autores citaram trechos e comentaram a *Crónica da tomada de Ceuta*, obra escrita por Gomes Eanes de Zurara na segunda metade do século XV; uma cópia do livro[3] me foi cedida pela mesma professora, e iniciei sua leitura para entrar em contato com os documentos e estabelecer uma problemática.

Notei que houve uma preocupação do cronista em citar pessoas em listas, além dos casos de relatos mais pormenorizados, qualificando suas posturas de apoio com a causa régia na viagem e ataque em África. Esta característica motivou o interesse em entender o significado desta prática, e no estudo das justificativas apresentadas pelo autor para escrever seus textos, em especial a função de cronista, chegou-se à conclusão do incentivo à prática de combate e preocupação com a memória posta em letras[4]. Gomes Eanes de Zurara identificara a crônica dentro do gênero historiográfico, e seu relato com características de veracidade e expressão de totalidade dos eventos. Os nomes, desta forma, estavam associados aos feitos do reino, em suporte historiográfico socialmente reconhecido.

---

2 Em especial os seguintes textos: THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa. Difel, 1994; SANTOS, João Marinho dos. A expansão pela espada e pela cruz. In: NOVAES, Adauto (Org.) *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415-1825*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

3 ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da tomada de Ceuta*. Lisboa: Europa-América, 1992. Edição de Reis Brasil.

4 Os resultados foram apresentados em diversos eventos científicos, e consolidados na monografia de conclusão de graduação. ORTA, Daniel Augusto A. *Escrita, poder e glória*: cronistas tardo-medievais portugueses e a nobreza no primeiro movimento expansionismo no noroeste africano (c.1385-1464). Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

Alguns portugueses, por exemplo, não quiseram permanecer na localidade de fronteira, provavelmente pela estabilidade que tinham no reino; outros, como o primeiro governador de Ceuta Pedro de Meneses, já viam a região como novo espaço para obtenção de reconhecimento; nos argumentos apresentados para a manutenção da posse, a região deveria ser mantida sob controle português como forma de conservar as honras e signos da cavalaria adquiridos pelos infantes. Neste ponto, o estudo da permanência em zona de conflito mostrou primeiramente o elogio da prática guerreira, o que depois se mostrou mais implicado por motivações para a escrita dos relatos.

Lendo as demais obras do mesmo cronista, observou-se uma continuidade nas listas nominais, bem como na valoração positiva dos feitos nobiliárquicos de confrontar o muçulmano. Entretanto, se na primeira crônica o rei Dom João I e seus filhos têm a dianteira das decisões, nas demais se observou a preponderância dos nobres que ficaram no norte da África, continuando o relato sobre aquele espaço norte-africano. Esta alteração do núcleo de personagens fez com que o contexto de redação e seus solicitadores ganhassem maior atenção no estudo, pois no momento o reino de Portugal já ampliara os locais e viagens de sucesso, mas o ambiente norte-africano se mantinha nos escritos de Zurara. O reinado de Dom Afonso V, bem como a sua relação com a nobreza, tornou-se um parâmetro sobre tal interesse. Entender aquela escolha, assim, era tão importante quanto o conteúdo narrado, em dois contextos de análise. No início de minha pesquisa me interessei pela conquista de Ceuta, como informação histórica, e aprofundando o estudo, acabei me dedicando a compreender os documentos como ato historiográfico e político, dentro de uma rede de pedidos e expectativas com aqueles escritos.

Em nível de mestrado, observou-se ainda o elogio ao perfil de nobre cristão guerreiro e fiel à coroa. Naquela pesquisa, entretanto, teve-se a prioridade de averiguar os casos em que a evocação de qualificativos positivos por parte dos portugueses não fosse tão evidente. Encontraram-se diversos trechos de comportamentos divergentes do modelo ideal, sintomáticos de estudo por conta da natureza das crônicas em registrar feitos notáveis. Desta forma, os casos classificados como de insubordinação foram entendidos como expressão das relações de poder inseridas nas configurações sociais hierárquicas[5]. Na tentativa de romper com esta estrutura que compunha a sociedade e a mentalidade portuguesa tardo-medieval, notou-se o confronto entre expectativas e aspirações dessincronizadas. Nos casos de desobediência, ambição e vontade individual sobre a coletividade, as medidas tomadas foram diferentes, provavelmente pela situação específica, mas sobressaindo o exercício da autoridade governativa conferida pelo monarca português. Os níveis de

5 ORTA, Daniel Augusto A. Que façamos hua cousa que se começee e acabe por nos mesmos. Hierarquia, poder e exemplo na Crónica de Zurara (Séc. XV). In: VIII Semana de Estudos Medievais do Programa de Estudos Medievais da UFRJ, 2009, Rio de Janeiro. *Atas da VIII Semana de Estudos Medievais do Programa de Estudos Medievais da UFRJ*. Rio de Janeiro: Programa de Estudos Medievais, 2009. p. 140-149.

relacionamentos se assentavam em bases de origem social e anseios de combate, mas observaram-se também casos de pessoas que agiam de forma distinta, seja por pretensões acima de sua condição social, seja pela origem familiar.

Seguiu-se a orientação interpretativa de que o conjunto textual é conexo de parte daquela sociedade, no sentido de que foram modelos eleitos para serem observados e memorizados (tanto os casos positivos como os negativos). A pesquisa pôde diagnosticar abusos ou expectativas por parte dos interessados, em vista a alertar ou ilustrar, de forma representativa e reconhecida pelo gênero historiográfico, ainda que tais textos não fossem concebidos como manuais de conduta. Em outros termos, o efeito da memória vertida em texto pode ter conferido ao ambiente da cultura política portuguesa a instrumentalização de práticas concluídas, seja se aproximando seja se afastando por reconhecimento social de comportamentos. Enfim, por conta da pluralidade de grupos e interesses, entendeu-se que aqueles documentos vinculam um tipo de identidade, associada ao espaço social do poder, tanto no pretérito como no anseio da configuração política dos solicitadores no contexto de redação.

O estudo historiográfico produzido sobre o período também permitiu entender e deixar mais claro o quanto a heterogeneidade dos interesses políticos esteve presente no grupo nobiliárquico que cercava a monarquia portuguesa, apesar deste grupo se auto-representar como unificado, notadamente em relação à estratigrafia social do período. Esta observação se tornou importante para o estabelecimento de objetivos no projeto de doutorado, uma vez que as divisões internas entre os nobres podem revelar alguns dos interesses pelas solicitações de crônicas décadas depois, e quais grupos estariam mais interessados pelos textos, inclusive pelas menções negativas. Desta forma, uma gradação interna no grupo dos nobres é possível, e permite a compreensão mais detalhada das relações sócio-políticas, além da imagem projetada de idealização.

2. Debate historiográfico

Toda a minha trajetória acadêmica foi realizada na Universidade Federal do Paraná, através da orientação da professora Fátima Regina Fernandes. Conjuntamente, participo do Núcleo de Estudos Mediterrânicos, centro vinculado ao Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. Dentro deste âmbito, os conceitos de cultura e poder são discutidos como eixos centrais nos projetos e grupos de pesquisa. Do exposto sobre minha trajetória, acredito que as projeções sobre o doutoramento que ora realizo são fruto do conjunto de um debate historiográfico brasileiro que partilho, o qual aqui será comentado brevemente.

Os pesquisadores que mais me identifico por escolhas metodológica e conceitual também se preocupam com a natureza relacional e dinâmica do poder, entendendo os objetos de estudo a partir de valores culturais que criam laços de identidade. Os fenômenos e comportamentos interpretados nos documentos, tanto nos meus estudos como dos investigadores que mantenho contato, procuram ser entendidos dentro de um sistema sócio-histórico documentado, onde os códigos e signos são concorrentes e conflitantes, e por isso a preocupação relacional e diacrônica dos vínculos políticos.

Desta forma, uma configuração programática capaz de unir os conceitos de cultura e poder é possível, e pode-se mesmo afirmar indissociável, pois se entende a documentação selecionada como geradora de legitimação política através de instrumentos e mecanismos culturais partilhados em espaços restritos. Ou ainda, em uma cultura política caracterizada pela apropriação simbólica de objetos culturais, constituídos socialmente pela relação de forças reconhecidas, integrando estratégias de legitimação e afirmação de identidade dos grupos politicamente envolvidos, em representações ideológicas.

Os estudos de Marcella Lopes Guimarães[6], Fátima Regina Fernandes[7], Adriana Mocelim de Souza Lima[8] e André Luiz Bertoli[9] observaram algumas estratégias e usos políticos que crônicas régio-nobiliárquicas tiveram na sociedade portuguesa dos séculos XIV-XV, em especial a cristalização de valores acerca do passado do reino. Em geral, os pesquisadores identificaram o papel da nobreza como aliada do rei, e que poderiam ser justificadas posições e prerrogativas aos descendentes. A pesquisa de Guimarães evidenciou nas crônicas de Fernão Lopes um contraste entre os reis das dinastias de Borgonha e Avis, exaltando qualidades em Dom João I, rei da dinastia solicitadora das crônicas. O caso da trajetória de Nuno Álvares Pereira, estudado por Fernandes, aproxima-se à de Duarte de Meneses, por conta do caráter de ilegitimidade e da projeção que ambos alcançaram nos documentos, em especial na relação com a monarquia.

No caso do Conde Pedro de Barcelos, pesquisa de Mocelim, ela observou a representação da monarquia como necessária à estabilidade e aplicadora da justiça e solidariedade, com valores cristãos. Aos nobres, igualmente, é apresentado um modelo a seguir, com propriedades virtuosas no intuito de coesão social entre eles. Na pesquisa de Bertoli a hipótese da crônica de Zurara como

6 GUIMARÃES, Marcella Lopes. A Sétima Idade de Fernão Lopes: novo tempo para os príncipes de Avis? In: DORÉ, Andrea; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luiz Geraldo (Org.) *Facetas do Império na História*: conceitos e métodos. Brasília: Editora Hucitec, 2008.

7 FERNANDES, Fátima Regina. A construção da sociedade política de Avis à luz da trajectória política de Nuno Alvares Pereira. *VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. A Guerra e a sociedade na Idade Média. Porto de Mós: Almondina, 2009. v. 1. p. 421-446.

8 MOCELIM, Adriana. *Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha*: O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto tardo-medieval português. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

9 BERTOLI, André Luiz. *O cronista e o cruzado*: a revivescência do ideal da cavalaria no Outono da Idade Média Portuguesa (Séc. XV). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

ideal cavalheiresco cristão é sugerida, vinculado em contexto outonal uma ideologia da reconquista ibérica, ou melhor, de recuperação do passado de glórias e exaltação dos princípios de cavaleiro e fiel cristão.

A sintonia entre Dom Afonso V e parte da nobreza que o cercava foi investigada por Renata Cristina de Sousa Nascimento[10] através das queixas em Cortes. Segundo ela, as relações políticas explicam em parte as constantes concessões e privilégios à nobreza, dentro de um contexto de questionamentos de grupos que buscavam pressionar politicamente a configuração existente. A própria orientação do monarca para os conflitos em África, observada pela retribuição simbólica e material aos participantes e descendentes, aponta alguns indícios sobre a vocação das crônicas de Zurara como instrumentos propagandísticos de valores aristocráticos, através de exemplos no passado que justificassem posições e privilégios. Esta proposição, inclusive, teve como produto a elaboração do conceito de genealogia política, que será explicado na sequência.

A leitura da discussão historiográfica e documental permitiu evidenciar que o período do estudo é transicional, e além da sua caracterização habitual, percebeu-se que algumas maneiras de abordar o tema ou vinculam a uma continuidade medieval ou um início moderno, como partes segregadas. Sugere-se, no entanto, relativizar tais posturas e tentar observar a pertinência analítica de situações sobrepostas, ou ainda, que se trata de apropriação de ações do passado com prováveis finalidades políticas aos solicitadores dos registros. Isso implica compreender vários contextos, tanto do que é descrito como do momento da produção, em que relações de poder e entendimentos da cultura política selecionariam de forma ideológica exemplos de comportamentos, passando aos textos caracteres de um período, enquanto que tal prática é uma ressignificação.

3. Conceito de genealogia política

Com o desenvolvimento inicial do doutorado, em especial a leitura de trabalhos de medievalistas da História Cultural e da Arte, a dinâmica de produção cultural no período recebeu um incremento para a compreensão dos documentos selecionados no projeto de pesquisa[11]. Nos estudos de Jean-Claude Schmitt sobre a representação imagética, o autor sugere que "na relação entre a forma e a função da imagem, encontra-se expressa a intenção do artista, do financiador e de

10 NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. *Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição*: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

11 A sugestão do conceito de genealogia política ocorreu no final da dissertação, através da presença de Duarte de Meneses na crônica do seu pai. Entretanto, atualmente o conceito está em processo de refinamento, em especial pela execução dos objetivos do doutorado.

todo o grupo social envolvido na realização da obra; nesta se inscrevem de antemão o olhar do ou dos destinatários e os usos, por exemplo, litúrgicos, da imagem"[12]. Assim as representações artísticas (e culturais por extensão) não podem ser analisadas por si ou isoladas, mas dentro de um contexto de produção, onde o pedido de elaboração atenderia a uma finalidade, a partir de referenciais que seus criadores possuíam, num conjunto que parece coerente por conta das conexões estabelecidas entre ideologia e expressão artística.

Já Georges Duby estudou a produção artística desenvolvida com o chamado "renascimento" do século XII, localizando um sistema de valores bastante dinâmico, principalmente pela apropriação de significados e reinterpretações. Conforme sua análise, a partir de um crescimento econômico e urbano, o enriquecimento aristocrático desenvolveu com maior intensidade um senso de identidade, e voltou parte de seu patrimônio para o mecenato, partilhando dos mesmos gestos de patrocínio dos reis, e se apropriando de valores de outros grupos sociais. A audiência, assim, era voltada para um público restrito e específico, identificando-se com a corte, no que define: "são as grandes cortes que dão o tom, ditando as modas, mostrando como devem se comportar as pessoas bem-nascidas se querem ser dignas de sua categoria"[13]. Ou seja, um sistema de valores com identificação hierárquica, a partir de hábitos e posturas, e aproximação de exemplos a serem repetidos como posse de uma cultura refinada; uma ideologia com propaganda em meios simbólicos, através, por exemplo, de textos e ações, entendidos no campo simbólico da representação.

Assim como os reis solicitavam crônicas e se interessavam por tal produção, os nobres também entendiam que a parcela de participação na construção do reino e seu patrimônio passava também pela recuperação do passado, sendo um poderoso instrumento de retorno da tradição e afirmação de práticas e posições na sociedade política, em diálogo e concorrência com outros grupos sociais e internamente.

Tais ideias auxiliam analisar as crônicas portuguesas a partir de vários pontos: como pedidos de filiação identitária, retribuição de gestos e compromissos pretéritos, exemplos a serem reproduzidos e difundidos, expressão e confirmação de aproximações pessoais e arranjos sociais. A apropriação de saber, seja a que nível, não pode ser pensada anacronicamente, como desvinculada de um serviço. Por ter feito parte da corte durante sua formação, Zurara partilhava de opiniões próprias da nobreza, reproduzindo e enfatizando tais atributos. Os patrocinadores, solicitadores e interessados visualizam naquele suporte narrativo uma plataforma socialmente reconhecida de

12 SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens*: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Trad. José Rivair Macedo. Bauru: EDUSC, 2007. p. 46.

13 DUBY, Georges. *Idade Média, idade dos homens*: do amor e outros ensaios. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 158.

inclusão na história do reino de Portugal. A disputa personalista, percebida tanto no conteúdo narrado como na apreciação do produto cultural dão uma noção da importância daqueles documentos para aquela sociedade, em especial o grupo restrito da corte e seus beneficiários.

Diante de tudo exposto acima, e dialogando principalmente com os resultados da historiografia comentada no tópico anterior sobre as crônicas ibéricas no século XV, proponho o conceito de genealogia política nos seguintes termos:

> Uma proposta discursiva de apropriar-se de relatos e temas pretéritos referentes ao grupo social interessado, formando uma identidade e ligação entre passado e presente. Note-se que tal mecanismo funciona a partir da seleção de situações que possam ser vinculadas aos interesses de tal grupo, e geralmente numa escala crescente de qualidade entre os mais antigos aos mais recentes. Por isso o passado surge como parâmetro comparativo e origem do ponto em evidência, e ao presente assenta-se o dever de continuar as ações descritas. Os atributos e as explicações podem ser dispostos de duas formas: entre um providencialismo ou como transmissão através do exemplo e da cultura. O ponto fundamental de tal estratégia é que ela não apenas toma os acontecimentos como dados, mas estabelece uma origem que permite conectar-se ao passado para algumas finalidades, entre elas a de justificativa de atributos sociais do grupo, em tom tradicionalista. A representação em texto de tais valores equivaleria a um dispositivo de dedução e comprovação de qualidades, mantendo uma memória que teria como função difundir percepções ideológicas da sociedade, transmitir um passado de disposições e vontades do presente, em situações de reforço ou questionamento de algumas condições estabelecidas por este grupo. A condição de identidade surge pela vontade de vinculação e sentimento de pertencimento com aqueles atributos, entendido pela elaboração de tais documentos e pelas justificativas apresentadas. Pelo caráter seletivo do mecanismo, o discurso acaba por se tornar coerente ao seu objetivo, mas dentro de um âmbito onde podem ser observadas incoerências pela própria lógica de legitimação, o que corrobora a noção de estratégia política através da escrita do passado.

Os pesquisadores citados observaram algumas estratégias e usos políticos que aqueles documentos tiveram na sociedade portuguesa do século XV, em especial a cristalização de valores acerca do passado do reino. Como parece existir uma ênfase no passado como parâmetro de idealização de comportamentos, o conceito pode ser sugerido para a tipologia de documentos, e talvez como fenômeno de estratégia política aristocrática em manter suas posições e privilégios.

4. Chancelaria publicada

Para execução do projeto de doutorado, a documentação indicada foi selecionada pela pertinência dos objetivos traçados. O estudo das crônicas direcionou o acesso aos documentos

chancelares, pela possibilidade de encontrar informações adicionais sobre o referencial nominal circunscrito da base cronística, no intuito também de cobrir o arco temporal entre os contextos narrados nas crônicas até o momento de redação das mesmas. Desde 2004 o Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa publicou livros com a transcrição dos documentos chancelares relativos ao reinado de Dom João I, com índices onomástico e cronológico, organizados conforme a disposição dos volumes encontrados no Arquivo Nacional Português. Os onze volumes que compõem o período de Dom João I foram adquiridos com auxílio de André Luiz Bertoli, que estando em pesquisa de doutoramento em Portugal, enviou-me por correio.

As pesquisas que já concluí tiveram a preocupação inicial com o conteúdo descrito pelos textos de Gomes Eanes de Zurara, mas com o desenvolvimento das etapas investigativas, notou-se que o momento de escrita interfere mais do que se projetara de hipótese. Desta forma, justifica-se cobrir com mais abrangência um cruzamento entre os nomes nas crônicas com a chancelaria, a fim de verificar a hipótese de que as crônicas foram dispositivos alternativos de inserção social e legitimação pelo passado de pessoas que seguiram posicionamento de aliança régia, mas sem registro anterior. O conceito de genealogia política, já observado nas crônicas, seria assim melhor sustentado ao contexto de transitoriedade, onde signos de medievalidade se somavam aos elementos constituintes da identidade idealizada e expressada nas crônicas, associadas às relações políticas do período afonsino.

A observação da trajetória dos personagens permite também observar como tais alianças foram mantidas na diacronia, comparando perfis e talvez observando grupos concorrentes, pois a natureza dos documentos contidos nos livros chancelares permite perceber indícios dos vínculos entre a monarquia e a sociedade política, através de doações, isenções, confiscos, concessão de privilégios, quitações, legitimações etc.

5. DataClio

A ideia de construção de um banco de dados surgiu a partir da constatação das listas com os nomes dos principais participantes nos feitos narrados. Ainda que não fosse um trabalho de prosopografia, buscava uma forma de mapear e agrupar as informações a fim de perceber uma recorrência de alguns personagens. A concepção inicial era muito próxima da elaboração de cadastros individuais padrão, através de fichas de cartão pautado, com entradas de nome e localização dos documentos e breves resumos. Pensava-se em construir um banco de dados em suporte eletrônico, mas não se tinha naquele momento uma ideia que permitisse diferenciar do

modelo físico. Também por conta do universo documental das pesquisas, aquele sistema de fichas de papel foi satisfatório.

Entretanto, com a conclusão do mestrado e consequente migração para o doutorado, onde a adição da documentação chancelar se tornou o grande diferencial dos objetivos e foco da problemática, a adoção da metodologia prosopográfica foi essencial. Pela quantidade de dados e pessoas, a metodologia é mais bem aplicada com filtros e critérios de organização. Ainda que realizável nas fichas pautadas, pensou-se em uma forma mais ágil de busca e organização das informações, e voltou-se à ideia do sistema digital. Os primeiros esboços de como construir o banco de dados estavam mais centrados nos indivíduos, como as fichas pautadas, e isso inviabilizou o manuseio (principalmente as filtragens temática, cronológica e geográfica) na plataforma de pesquisas, o que se mostrou uma tentativa inadequada diante da multiplicidade de disposições do banco de dados[14].

Hoje é reconhecível a inexperiência na área naquele momento, mas o amadurecimento do projeto especialmente nos Seminários de Tese, onde o mesmo foi debatido, ajudaram a melhorar a concepção estrutural do sistema. O contato com os documentos chancelares também foi bastante importante, pois visualizei como os dados são dispostos, identificados e suas recorrências. A elaboração do DataClio foi iniciada no final de agosto de 2011, com essencial colaboração de Luiz Eduardo Arpelau Orta, analista de sistemas. Em sua experiência de entrevistas com os clientes sobre o funcionamento dos programas que esperam implementar, ele me ajudou na definição da arquitetura das categorias e sua hierarquia dentro dos grupos de dados, o que é de suma importância para uma pesquisa dinâmica.

Ao invés de centralizar o indivíduo no sistema, optamos por tomar como unidade básica o que definimos por "documento", que é toda e qualquer fonte que possa ser entendida como célula de um corpo tipológico (carta na chancelaria, capítulo na crônica, uma lei nas ordenações, etc.). É esta unidade que na busca será apresentada como o registro, facilitando ao pesquisador localizar a origem de uma informação, bem como sua natureza. A partir disto, também se subentende que tal "documento" possui um autor (ainda que desconhecido). E por fim, tal "documento" encontra-se num livro (geralmente publicado), como de compilação, um código de leis, ou mesmo o arquivo onde foi pesquisado. Com tais dados, pode-se iniciar o processo de catalogação, pois tal "documento" acaba se tornando único no sistema, ainda que existam vários vínculos com ele, isto é, ele geralmente apresenta mais de uma informação, o que gerará mais de um relacionamento no sistema; em média cada "documento" gera 5 entradas no banco de dados. Como qualquer

14 Existem alguns bancos de dados prosopográficos disponíveis na Internet, em especial em inglês, mas apenas com a opção de consulta dos dados, o que dificulta o entendimento de como ele foi concebido. Veja, por exemplo: [http://www.pase.ac.uk/index.html] Acesso em: 03 de janeiro de 2012.

informação de uma pessoa precisa da devida referência documental, a direção é do documento para o indivíduo, e não o contrário.

Para incluir um "documento", segue-se a seguinte sequência lógica:

- Primeiramente, cadastra-se um autor (pode-se criar um cadastro com nome "anônimo").

- Em seguida, cria-se uma categoria para que se possam classificar os livros cadastrados (chancelaria, crônicas, legislação, etc.).

- Na sequência, cria-se um registro do livro onde os "documentos" estão coligidos, inserindo o título e sigla para facilitar a visualização da pesquisa. Há, ainda, um campo genérico para observações, como edição do livro pesquisado, pesquisadores envolvidos, detalhes de transcrição etc.

- Em caso de algum documento avulso, o que é bastante raro para o recorte da minha pesquisa (por conta das publicações consultadas), pode-se cadastrar como alternativa em "livro" uma chamada "documento avulso", sendo que este servirá de vínculo de todos assim entendidos.

A partir deste cadastro inicial, que conforme a disponibilidade e acesso aos livros será feito apenas no início, pode-se começar o processo de cadastro dos relacionamentos propriamente ditos, que serão o núcleo principal do estudo. A etapa acima descrita, portanto, será repetida apenas em caso de adicionar um corpo documental (entenda-se livros com documentos) não previsto, ou acessado posteriormente.

Outra etapa também importante para o registro é identificar e padronizar os "motivos" de relacionamentos. Isto significa definir quais são os principais vínculos que podem ser observados na documentação. Geralmente são isenções de pagamentos, privilégios, casamentos, doações de bens móveis e de raiz, e consequente confisco (usualmente por desserviço ao rei). Estes vínculos (entendidos tanto como de aproximação como de afastamento) são muito importantes para analisar a trajetória dos personagens, uma vez que poderá ser observado na diacronia histórica seu desenvolvimento, área de atuação, rede social, etc. No momento de inserir um relacionamento, o campo "motivos" precisará ser preenchido.

Um problema bastante recorrente no estudo quantitativo são os nomes duplicados ou incompletos, o que pode gerar tanto a inserção de homônimos como registros diferenciados da mesma pessoa. Como a versão dos documentos chancelares consultados foi transcrita seguindo as normas técnicas mais adequadas, os organizadores tomaram o cuidado de evitar generalizações, e com isso índices onomástico e toponímico foram anexados aos volumes, o que auxilia no momento de cadastrar um personagem ou local que gerem dúvidas quanto a sua existência no sistema. Espera-se que com o desenvolvimento dos cadastros e a obtenção de dados mais completos, tais

dúvidas possam ser diminuídas pela unificação no sistema, ou mantidas conforme o julgamento em comparação aos índices consultados. Em todo caso, aqui já se pode dispor de uma vantagem na sistematização dos dados históricos em suporte eletrônico: a padronização de informações e possibilidade de junção e separação, o que dá ao estudo um grau de aferimento mais apropriado e maleável.

Para o cadastro de um documento, passadas aquelas etapas acima comentadas, precisa-se observar uma referência atribuída dentro do corpo do livro. No caso da chancelaria consultada, existe uma numeração para cada grupo de tomos, reiniciada quando este tomo muda. O campo para a paginação da edição (quando for necessária uma nova busca no documento lido) também existe, e mesmo o fólio para os casos de consulta no original manuscrito. Para as leis e crônicas, por exemplo, pode-se valer das divisões por capítulos, artigos, estatutos, assim por diante. Os campos de data e local são opcionais, devido à diversidade de tipologia que permite a ausência destas informações.

Com o documento cadastrado, e havendo referências de nomes, estes devem ser cadastrados também na seção correspondente antes de se incluir um relacionamento. Lembre-se, novamente, dos casos de padronização. O sistema bloqueia cadastros duplicados, mas isto não impede que "João Pires" e "João Pires de Albuquerque", caso sejam a mesma pessoa, possam ser incluídos daquelas duas formas. Por isso a atenção para observar se os nomes já não existem. Posteriormente, nos casos em que a pessoa estiver nomeada em vários documentos, este cadastro já terá sido realizado.



Figura 1. Tela de cadastro de documentos, com os campos obrigatórios e opcionais

Chega-se à última etapa do cadastro: os relacionamentos. Depois de tantos cadastros iniciais e preliminares, esta etapa é a mais simples, pois basicamente é um preenchimento de formulário com dados já existentes, isto é, localiza-se o livro cadastrado, que por sua vez irá apresentar no campo seguinte os documentos existentes daquele livro. Com os nomes cadastrados, define-se uma origem e um destino, ou seja, de onde parte (ou quais os envolvidos, sempre em par) o relacionamento e qual o beneficiado. Exemplificando: no caso de uma doação régia de bens móveis e de raiz, a origem é o monarca, e o destino o recebedor da doação. Nos casos de desserviço, onde ocorre uma apropriação de bens pelo rei, o mesmo monarca é a origem, por considerá-lo a autoridade de retirada, e o destino é o personagem que foi julgado por deslealdade. Nestes casos, portanto, existe na prática uma transferência de bens, e por isso há a necessidade de dois registros: o da doação e do desserviço; há casos de várias inclusões de relacionamentos do mesmo documento por envolver diversos vínculos.

No momento da busca, estes dados serão dispostos conforme o filtro, o que permite, por exemplo, pesquisar apenas os desserviços, apenas as doações, etc., ou observar quando os bens foram doados ou retirados, compondo o contexto das relações de poder; criando entradas no banco de dados desta forma, separam-se os vínculos do mesmo documento, mas pode-se reagrupá-los no momento de busca, por considerar todos os campos preenchidos (inclusive as observações do pesquisador).



ChDJ-v.I,t1	1	Quitação	20/02/1384	Dom João I, rei	Frei Vasco Porcalho
ChDJ-v.I,t1	2	Doação	18/02/1384	Dom João I, rei	Vasco Eanes, criado
ChDJ-v.I,t1	2	Deserviço	18/02/1384	Dom João I, rei	João Domingues Falardo
ChDJ-v.I,t1	3	Doação	02/03/1384	Dom João I, rei	Rodrigo Eanes de Barbudo
ChDJ-v.I,t1	3	Deserviço	02/03/1384	Dom João I, rei	Martim Eanes, escudeiro
ChDJ-v.I,t1	4	Doação	01/03/1384	Dom João I, rei	Nuno Fernandes de Cordovellas
ChDJ-v.I,t1	5	Quitação	21/02/1384	Dom João I, rei	Afonso Lopes da Costa
ChDJ-v.I,t1	6	Doação	05/03/1384	Dom João I, rei	Martim Fernandes de Freitas
ChDJ-v.I,t1	6	Deserviço	05/03/1384	Dom João I, rei	Fernão Gomes Dutreira
ChDJ-v.I,t1	7	Doação	11/02/1384	Dom João I, rei	Álvaro Fernandes Turrechão
ChDJ-v.I,t1	8	Doação	03/03/1384	Dom João I, rei	Vasco Lourenço
ChDJ-v.I,t1	8	Deserviço	03/03/1384	Dom João I, rei	Gonçalo Gil de Carvalho
ChDJ-v.I,t1	9	Doação	29/02/1384	Dom João I, rei	Lourenço Fernandes do Bairro
ChDJ-v.I,t1	10	Doação	09/03/1384	Dom João I, rei	Vasco Peres
ChDJ-v.I,t1	11	Doação	08/03/1384	Dom João I, rei	Rodrigo Afonso de Oliveira

Figura 2. Tela dos relacionamentos cadastrados, apresentados por vários ordenamentos.

A seção de edição possui basicamente a função de alterar os dados já cadastros. Isto pode ocorrer, por exemplo, nos casos de duplicação de pessoas, melhoria das descrições e observações, inclusão de datas, campos etc. Ocasionalmente, pelo andamento da pesquisa, pode-se considerar que um campo destacado precise ser adicionado, e os registros anteriores sobre este novo campo estarão nulos. Assim, precisará voltar a eles e preenchê-los. É a etapa simples de editar e salvar, pela busca do registro. É preciso tomar cuidado para não excluir alguns dados, como nome, livros, documentos, pois os registros vinculados àqueles valores ficarão nulos automaticamente. Neste caso, talvez alterar os dados individualmente (ou renomeá-los) seja a solução mais adequada.

Na parte da busca, vários filtros são possíveis de serem aplicados, formulando hipóteses através de buscas avançadas conforme a pergunta e os objetivos do estudo, além da elaboração das trajetórias como nas fichas padrão, mas com ordenamentos variáveis que não são possíveis no suporte físico. Pode-se procurar pela existência de todos os registros de uma pessoa, ou aqueles dentro de um recorte temporal, geográfico, por motivos, documentos, etc. Esta talvez seja a principal vantagem do sistema eletrônico, além da possibilidade de disponibilização em ambiente de rede, com colaboração de outros pesquisadores, uma vez que o trabalho prosopográfico é coletivo. Cópias de segurança são geradas constantemente, garantindo o funcionamento do sistema e recuperação de dados em caso de erros de programação ou alterações estruturais do sistema. Outros corpos documentais podem ser incluídos, conforme os projetos de pesquisa dos demais investigadores, ampliando o universo de dados e o contexto de estudo; a concepção de biografia coletiva, redes sociais e relações de poder são possíveis de serem observados justamente pelo compartilhamento do banco de dados.

Um próximo passo será verificar a possibilidade de registrar o sistema, deixando que outros pesquisadores possam ter acesso a ele. Como se trata de uma metodologia, que é por definição genérica, outros contextos poderão ser contemplados, desde que documentos em quantidade de aplicação serial sejam disponíveis, e os objetivos da investigação abarquem tal método.

Os primeiros resultados já são observados com cerca de 1000 documentos chancelares cadastrados, e mais de 3700 entradas no banco de dados[15]. Tratando dos primeiros anos do reinado de Dom João I, pedidos de confirmações de privilégios ou doações de quando ele fora regedor e defensor de Portugal são recorrentes, o que sinaliza o estabelecimento de contato e vínculos com várias esferas institucionais e sociais; também sugere o reconhecimento de uma determinada parcela da sociedade com sua eleição a monarca. Como recompensa e aliança, doações de bens (com

15 A tendência é que com a repetição de nomes, motivos, categorias, livros, a quantidade se estabilize numa proporção de 4 a 6 entradas por documento.

geralmente confisco por desserviço) foram distribuídas para provavelmente a constituição da base de apoio régio.

No paralelo e recorrência entre os locais de elaboração das cartas contidas na chancelaria, e pela concentração de registros em datas, pode-se observar o itinerário do rei, em encontros regionais como em Cortes, onde geralmente o conteúdo das cartas refere-se a locais próximos, o que reafirma a necessidade de formação de conexões locais.

No progresso de inclusão dos registros, pode-se verificar se aquelas práticas foram continuadas ou se sofreram renovações em regiões ou a grupos. Alguns elementos contextuais são visualizados, o que permite ao pesquisador a criação de um entendimento particular associado diretamente ao universo documental consultado.

Caso o estudo da trajetória dos principais envolvidos na ocupação norte africana revele um crescimento na relação com a monarquia, com a concessão de privilégios, aumento de patrimônio ou afastamento por divergências, a solicitação das crônicas pode estar relacionada com um preenchimento de dados inexistentes no corpo chancelar para o período compreendido pelos relatos historiográficos, por conta da diferença do período de ações e sua retribuição. Ou seja, a "presentificação" do passado serviria como instrumento na obtenção de reconhecimento simbólico e material. A genealogia política seria, assim, o mecanismo de evidenciar a origem dos pedidos ao rei, vinculados pela participação na história do reino. Neste mesmo contexto, aqueles relatos poderiam servir como estratégias de afirmação a um questionamento de tais ações, isto é, recuperar acontecimentos e justificar através de texto aquelas posições no momento da redação.

E ao grupo descrito, a recuperação narrativa em formato cronístico serviria para reafirmar sua origem. Por isso o estudo das trajetórias parece uma opção adequada a observar divergências, aproximações e opções que foram tomadas ao longo de um período, em um contexto onde os laços políticos eram personalistas, mantidos e cortados por conta das escolhas e compromissos. A disputa política tomava como premissas a condição e a posição na estratigrafia social, mas também as decisões próprias de cada indivíduo, numa relação intricada que tais trajetos biográficos podem ser reveladores de suas dinâmicas e estratégias.

Em qualquer uma das situações, observa-se o uso do passado com finalidade contemporânea. As possibilidades necessitam de um estudo contínuo e integrado com a chancelaria, que poderá conferir um parâmetro para os dados e ênfases que existem nas crônicas. Sabe-se das seleções e filtros que o próprio cronista realizou na base chancelar, mas a metodologia prosopográfica confere a adição de uma camada de interpretação e dados, o que pode clarear algumas dúvidas e sustentar uma conclusão melhor balizada documentalmente. Parece coerente que o conceito de genealogia política possa ser empregado para as crônicas analisadas, pois configuram

produtos culturais voltados a usos específicos relativos ao passado, vertidos em modelos e princípios socialmente partilhados; no caso da chancelaria, busca-se completar tal observação a partir a crescente participação dos grupos descritos nas crônicas, quando receberam bens pela participação de aliança régia. Esta integração documental, por fim, acaba por avaliar tal estratégia política, em suportes comprometidos mais ou menos com a expectativa de reconhecimento social, tanto nos níveis simbólicos como materiais.

Curitiba, janeiro de 2012.